

**PROCESSO** - A. I. Nº 276468.0101/10-3  
**RECORRENTE** - CERAMUS BAHIA S/A – PRODUTOS CERÂMICOS  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0248-02/10  
**ORIGEM** - INFAZ INDÚSTRIA  
**INTERNET** - 11/08/2011

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0222-11/11

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. PROBAHIA. CRÉDITO UTILIZADO FORA DO PRAZO PREVISTO NA RESOLUÇÃO. Diante das publicações da Resolução nº 23, de 24 de maio de 2010, prorrogando o benefício fiscal (crédito presumido) até 31/12/2020, e da Resolução nº 06, de 26 de abril de 2011, que esclareceu o conteúdo convalidador da Resolução nº 23, torna-se insubsistente a exigência fiscal, já que o benefício concedido ao sujeito passivo não sofreu solução de continuidade desde o início dos efeitos definidos pela Resolução nº 132/99. Modificada a Decisão recorrida. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso Voluntário apresentado contra a Decisão proferida pela 2ª JJF, através do Acórdão JJF nº 0248-02/10, que julgou Procedente o Auto de Infração acima epigrafado, lavrado para imputar ao sujeito passivo o cometimento de 3 infrações, sendo objeto do presente Recurso Voluntário a infração constante do item 3 da autuação, abaixo descrita:

*“Utilizou indevidamente crédito fiscal presumido de ICMS, no valor de R\$4.305.442,84. Consta, ainda, da imputação que o contribuinte utilizou indevidamente o crédito presumido do PROBAHIA, por períodos de apuração que extrapolaram o prazo fixado no art. 2º da Resolução 132/99, retificado e ratificado pela resolução 21/2002, do Conselho Deliberativo do PROBAHIA e infringindo o art. 1º e seguintes da Lei nº 7.025/1997, o inciso VIII, art. 1º do Decreto nº 6.734/1997, e o protocolo de intenções firmado com o Governo do Estado da Bahia em 1997. anexo. O Contribuinte começou efetivamente a utilizar-se do benefício de crédito presumido do PROBAHIA no mês de outubro de 1997 que é, dessa forma, o termo inicial para contagem do prazo de dez anos para fruição do benefício, e cujo termo final ocorreu em setembro de 2007. Consta ainda da acusação, que a fiscalização elaborou o DEMONSTRATIVO Apuração ICMS out/2007 e Dez de 2009, incluindo a coluna “i” em que foram descontados os valores cobrados no DEMONSTRATIVO 1, referente à infração número 02, para evitar dupla cobrança do imposto.”*

Em Primeira Instância, o Relator da JJF inicialmente consignou que o sujeito passivo reconheceu o débito das infrações 1 e 2, integralmente, não havendo, assim, lide em relação a estes itens, tornando, em consequência, subsistentes os valores lançados no Auto de Infração. Quanto à terceira infração, contestada pelo sujeito passivo, assim se pronunciou o Relator da JJF, mantendo a exigência fiscal, em síntese:

- I. que neste item é imputado ao autuado ter utilizado indevidamente crédito fiscal presumido de ICMS, por períodos de apuração que extrapolou o prazo fixado no art. 2º da Resolução 132/99, uma vez que o contribuinte começou efetivamente a utilizar-se do benefício de crédito presumido do PROBAHIA no mês de outubro de 1997 que é, dessa forma, o termo inicial para contagem do prazo de dez anos para fruição do benefício e cujo termo final ocorreu em setembro de 2007;
- II. que analisando os documentos acostados aos autos, constatou que o sujeito passivo firmou Protocolo de Intenções com o Governo do Estado da Bahia para obter o benefício fiscal de

utilização de crédito presumido de 85%, relativo ao Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA, sendo que o citado protocolo, às fl. 42 dos autos, determinou que o “PRAZO GLOBAL DO BENEFÍCIO FISCAL SERÁ ATÉ 31/12/2007”;

- III. que no mesmo sentido a Resolução nº 132/99, em seu artigo 2º, estabeleceu que o prazo do presente benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção pelo prazo de 10 (dez) anos;
- IV. que, por sua vez, o próprio contribuinte passou a utilizar o referido benefício fiscal em outubro de 1997, fato comprovado pela cópia da DMA acostada a folha 61, onde conta que o débito de ICMS pela saída é de R\$ 211.201,00 e o sujeito passivo se creditou do valor de R\$ 179.520,85, que corresponde aos 85% sobre o valor das saídas, não tendo pertinência a alegação defensiva que o benefício fiscal somente passou a vigorar a partir de 1999 e que seria irrelevante o fato de ter o autuado se creditado antes da publicação da resolução;
- V. que, desta forma, considera que a autuação foi correta, uma vez que somente foram autuados os valores a partir do vencimento do prazo previsto para o benefício fiscal, pois de acordo com o Protocolo de Intenções o contribuinte somente poderia utilizar o benefício fiscal até 31/12/2007, e, do mesmo modo, a Resolução nº 132/99 determinou que o prazo do benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção pelo prazo de 10 (dez) anos, o que ocorreu em outubro de 1997, conforme cópia das notas fiscais, livros de Apuração do ICMS, DMA'S, e o livro Registro de Utilização de Documento Fiscal e Termos de Ocorrências, fls. 78 a 92 e 101 a 159 dos autos, ficando, assim, infração 03 caracterizada.

Inconformado com o julgamento de Primeira Instância quanto ao item 3 da autuação, o sujeito passivo interpõe o presente Recurso Voluntário – fls. 519 a 528 – através de advogados regularmente constituídos, nos seguintes termos:

- I. que a autuação trata da utilização do benefício fiscal PROBAHIA, instituído pela Lei nº 7.025/97 e regulamentado pelo Decreto nº 6.734/97, entendendo o fiscal autuante que o recorrente teria se utilizado do benefício além do seu prazo de fruição, mas tal não ocorreu, pois o início do prazo de 10 anos somente foi instituído com a edição da Resolução, conforme determina o art. 1º, § 4º do Decreto nº 6.764/97, e não com o simples advento do Protocolo de Intenções firmado entre o contribuinte e o Governo do Estado da Bahia;
- II. que a Decisão proferida não merece prosperar, pois primeiramente o Protocolo de Intenções não tem o condão de determinar o prazo de fruição do benefício fiscal, já que Decreto nº 734/97 prescreve que tal função é, exclusivamente, do Conselho Deliberativo do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia-PROBAHIA, mediante resolução, cabendo ao Decreto dizer qual a norma daria a condição de validade para a introdução do benefício no sistema jurídico, e este disse a Resolução;
- III. que o referido Protocolo fala expressamente que o Estado compromete-se a conceder a opção de utilização de crédito presumido de 85% sobre o valor do ICMS nas operações de saída dos produtos do estabelecimento, pelo prazo de 10 anos, conforme respectiva legislação, ainda complementando que o Estado e a empresa comprometem-se a envidar o melhor de seus esforços no sentido de viabilizar o empreendimento objeto do Protocolo, através de medidas ao alcance de todas as partes, com o fim de concretizar a implantação no menor prazo possível;
- IV. que resta claro que o Protocolo não teve o condão de instituir o benefício fiscal, muito menos o seu prazo de fruição, uma vez que, além do Decreto nº 6.734/97 reservar tal função ao Conselho Deliberativo do PROBAHIA, mediante Resolução, o próprio texto do Protocolo denota que o acordo ali firmado necessitaria ser formalizado;

- V. que tanto o Protocolo só veicula intenções que serão ou não instituídas pela resolução, que a Resolução 132/99 não confirmou o percentual de crédito referido no Protocolo, qual seja de 85%, mas instituiu o benefício em 75%, e só após tratativas com o Governo Estadual este decidiu ratificar o seu ato concedendo o percentual de 85%, fazendo-o por meio da Resolução 21/2002;
- VI. que o fato do Protocolo fazer menção que “*O prazo global da operação será até 31/12/2007*” deve-se, tão somente, à intenção inicial de que as condições ali indicadas iriam ser formalizadas através da Resolução exigida pela legislação, de imediato, contudo a Resolução somente foi emitida 2 (dois) anos depois, em 1999;
- VII. que, por outro lado, a Resolução nº 132/99 define que: “*o prazo do presente benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção pelo prazo de 10 (dez) anos*”, no entanto o início da produção do Recorrente não ocorreu em outubro de 1997, conforme entendeu, equivocadamente, a 2ª JJF, pois o início da sua produção ocorreu no ano de 1971, e que a referida Resolução somente se referiu ao início de produção em razão do fato do Decreto 6.734/97 inicialmente prever que o benefício fiscal somente seria aplicável aos novos investimentos e nos 10 (dez) primeiros anos de produção, conforme inciso VII do art. 1º, combinado com o seu §1º;
- VIII. que, todavia, o Decreto nº 7.738/99 alterou o Decreto nº 6.734/97 e excepcionou alguns ramos de atividade - entre elas o do recorrente, azulejos e pisos - que também poderiam usufruir do benefício, mesmo sem terem iniciado a sua produção em 1997;
- IX. que, assim, houve uma impropriedade no texto da Resolução nº 132/99, pois se o prazo fosse iniciado a partir do início da produção do recorrente, que foi em 1971, ele teria se esgotado muito antes da data de edição da Resolução, que foi em 1999, desta forma concluindo-se que quando a Resolução se referiu ao início de produção não quis se referir ao momento em que o recorrente começou a produzir os seus produtos, em 1971, e sim do instante em que ela estava autorizada a aplicar, em sua produção, o benefício fiscal ali concedido;
- X. que a Decisão da JJF concedeu ao Protocolo de Intenções o *status* de Resolução ao afirmar que: “*O citado protocolo, fl. 42 dos autos, determinou que o ‘o prazo global do benefício fiscal será até 31/12/2007’*”, mas, conforme demonstrado acima, somente a Resolução, norma introdutória da benesse fiscal no sistema jurídico, poderia fixar validamente o prazo de duração do benefício fiscal, e o fez determinando, em 1999, que o prazo seria de 10 (dez) anos;
- XI. que o entendimento proferido pela 2ª JJF não merece prosperar, pois significaria dizer que o prazo estipulado pela Resolução emitida em 1999 seria retroativo e se iniciaria em 1997, mas se acaso a Resolução quisesse que o prazo fosse contado a partir de 1997 ela teria feito expressa menção de que o termo inicial retroagiria ao ano de 1997, o que não aconteceu, sendo que as regras são postas, em princípio, para vigerem a partir da data de sua publicação em diante;
- XII. que corroborando o quanto esposado, a Cartilha de Incentivos da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia, que anexo ao seu Recurso, demonstra qual o procedimento a ser cumprido para a habilitação do benefício, determinando que após a assinatura do Protocolo de Intenções firmado entre Governo e Empresa, serão apresentados os documentos que viabilizarão a análise econômica e financeira para habilitar a empresa a um dos Programas de Incentivos Fiscais e por fim o projeto analisado será submetido à apreciação do Conselho Deliberativo para a concessão do incentivo requerido;
- XIII. que o fato de o recorrente ter se utilizado, equivocadamente, do benefício fiscal antes da publicação da Resolução nº 132/99, que foi o instrumento que realmente lhe concedeu o

benefício, fixando o percentual e o prazo do mesmo, não permite que o Fisco descumpra o quanto estipulado na legislação e mude o termo inicial do prazo de fruição do benefício fiscal, cabendo ao Fisco, tão somente, lavrar um Auto de Infração quanto à utilização do benefício antes que ele estivesse sido concedido formalmente pela Resolução prevista na legislação, conforme determina o art. 142, Parágrafo Único, do CTN, ao expressar que “*A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional*”, tendo, inclusive, agido assim o Fisco estadual em outras situações semelhantes ocorridas na Bahia.

- XIV. que, assim, não merece guarida o entendimento exarado pela 2ª JJF no sentido de que: *“Por sua vez, o próprio contribuinte passou a utilizar o referido benefício fiscal em outubro de 1997, fato comprovado [...] não tendo pertinência a alegação defensiva que o benefício fiscal somente passou a vigorar a partir de 1999 e que seria irrelevante o fato de ter o autuado se creditado antes da publicação da resolução”*, pois tal entendimento representa nítida ofensa ao quanto estipulado na legislação, pois, em razão de uma omissão do Fisco, que não lavrou o correto Auto de Infração referente à utilização indevida do benefício fiscal entre 1997 e 1999, a JJF desconsiderou o quanto previsto na legislação para forçar o entendimento de que o Protocolo de Intenções seria o instrumento competente para conceder o benefício fiscal, determinando o seu prazo e o seu percentual.

Ao final da sua peça recursal, reafirma que a Decisão proferida pela 2ª JJF afrontou o quanto previsto na legislação, mais precisamente o art. 1º, §4º, do Decreto nº 6.734/97, e, assim, deve ser reformada para que seja declarado que o recorrente tinha direito a se utilizar do benefício fiscal do PROBAHIA, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da publicação da Resolução 132/99, de dezembro de 1999, acarretando o reconhecimento da Improcedência total da infração descrita no item 3 da autuação.

A PGE/PROFIS, em seu opinativo às fl. 555, opina pelo Não Provimento do Recurso Voluntário, asseverando que os argumentos do recorrente não são suficientes para modificar a Decisão recorrida, pois embora o recorrente alegue que apenas a partir da publicação da Resolução nº 132/99 é que se iniciaria o prazo de dez anos para fruição do benefício fiscal, o próprio artigo 2º da Resolução nº 132/99 prevê expressamente que o início da contagem do prazo para fruição do benefício se dará a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção.

Assevera, ainda, que, indubitavelmente, o texto legal empregou efeito pretérito à legislação, visando contemplar o contribuinte com o benefício fiscal que já vinha sendo por ele utilizado, restando comprovado nos autos que o autuado passou a utilizar o benefício fiscal firmado no Protocolo de Intenções, colacionado aos autos às fl. 42, desde outubro de 2007, conforme sobejamente comprovado nas DMA's e livros fiscais também acostados.

Consignou, ainda, que *“tal fato não fora contestado pelo recorrente que aparentemente entende correto o procedimento do autuado em aproveitar-se do benefício fiscal antes da publicação da Resolução nº 132/99, contanto que o prazo final seja de 10 anos após a publicação da mesma, o que resultariam em 12 anos de benefício fiscal em soma aritmética simples. Obviamente que a tese manifestada pelo autuado não merece prosperar, pois afronta a lógica jurídica e até mesmo matemática, ao pretender beneficiar-se tanto no termo inicial do prazo (usufruindo o benefício antes da publicação da Resolução) como no termo final do prazo (que seria contado considerando a data de publicação da Resolução)”*.

## VOTO

Inicialmente devemos consignar que as razões apresentadas na peça recursal para ver modificada a Decisão recorrida e declarada a improcedência do item 3 da autuação de fato não merecem guarida, como bem consignou a PGE/ROFIS em seu opinativo, visto que é clara e expressa a disposi-

ção da Resolução nº 132/99, na redação vigente à época da lavratura do presente Auto de Infração, quanto ao prazo de vigência do benefício fiscal (dez anos) - coincidente com o Protocolo de Intenções firmado entre o sujeito passivo e o Governo do Estado da Bahia - e o início da contagem deste prazo, qual seja a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção, assim considerada obviamente, a produção incentivada, que se deu em outubro de 2007, como comprova a Declaração Mensal de Apuração do ICMS – DMA - do período em foco, acostada à fl. 61 dos autos.

Por outro lado, é de conhecimento de todos a intensa guerra fiscal entre as unidades da Federação, representada por concessão de benefícios e incentivos fiscais e financeiros às empresas com o fito de estimulá-las a manter-se ou instalar-se nos seus respectivos territórios, muitas vezes à custa ou em prejuízo de uma política econômica mais racional e sustentável. Como o Governo do Estado da Bahia optou por manter a política de concessão destes benefícios e incentivos fiscais, prorrogou vários destes, inclusive o benefício do crédito presumido a que se reporta o Decreto nº 6.734/97, e que diz respeito a esta autuação.

Assim que, na data de 24 de maio de 2010, portanto após a autuação, que se deu em 26 de março de 2010, foi editada a Resolução nº 23, pelo Conselho Deliberativo do PROBAHIA, publicada no Diário Oficial do Estado de 25/05/2010, abaixo transcrita, alterando a Resolução nº 132/99 (ratificada e retificada pela Resolução nº 21/2002), retificando o percentual de crédito presumido do estabelecimento autuado para 95%, a partir de 1º de janeiro de 2010, e fixando o prazo final de fruição do referido benefício para 31/12/2020, portanto prorrogando-o sem solução de continuidade.

Tal Resolução baseou-se no Decreto nº 12.080, de 30/04/2010 (publicado no DOE de 01 e 02/05/2010), que alterou o Decreto nº 6.734/97, mais precisamente o inciso VIII do art. 1º e seus §§6º e 8º, possibilitando ao Conselho Deliberativo do PROBAHIA a concessão do crédito presumido para a atividade de fabricação de azulejos e pisos (atividade do recorrente) no percentual de até 99%, e ainda a possibilidade do contribuinte beneficiário do crédito presumido, em substituição ao benefício concedido mediante resolução expedida até 31/12/2008, optar pelo enquadramento nas classes I, II ou III, nos percentuais respectivos de 99%, 95% e 90%, até o ano de 2020, mediante apresentação de projeto de investimento à Secretaria de Indústria e Comércio e assinatura de termo de acordo e compromisso com o Secretário da Fazenda e o Secretário da Indústria, Comércio e Mineração. Seguem abaixo os dispositivos citados.

*“RESOLUÇÃO Nº 23/2010*

*(Publicado no Diário Oficial de 25/05/2010)*

*Altera a Resolução nº 132/1999, ratificada e retificada pela Resolução nº 21/2002 - PROBAHIA.*

*O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso da competência que lhe confere o artigo 46, inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000,*

*RESOLVE:*

*Art. 1º Alterar a Resolução nº 132/1999, ratificada e retificada pela Resolução nº 21/2002, que concedeu à CERAMUS BAHIA S/A PRODUTOS CERÂMICOS, CNPJ nº 13.786.785/0001-11 e IE nº 00.002.260NO, instalada no município de Camaçari, os benefícios do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA para, a partir de 1º de janeiro de 2010, retificar o percentual de crédito presumido para 95% (noventa e cinco por cento) e fixar o prazo final de fruição para 31/12/2020, conforme previsto no Decreto nº 12.080, de 30/04/2010, que alterou o Decreto nº 6.734/1997.*

*Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Salvador, 24 de maio de 2010.”*

Registre-se que cabe ao citado Conselho Deliberativo não só a fixação do percentual do crédito presumido (e em consequência a classe respectiva), como, a seu critério, a prorrogação dos prazos para sua fruição, nos termos dos §§8º e 9º do Decreto nº 6.734, abaixo transcritos:

*“§ 8º O contribuinte beneficiário do crédito presumido previsto nos incisos II e VIII o caput este artigo, em substituição ao benefício concedido mediante resolução expedida até 31/12/2008, poderá optar pelo enquadramento previsto no § 6º, observando-se o seguinte:*

*Nota 2: A redação atual do § 8º do art. 1º foi dada pelo Decreto nº 12.080, de 30/04/10, DOE de 01 e 02/05/10, efeitos a partir de 01/05/10.*

*Nota 1: Redação anterior dada à parte inicial do § 6º, tendo sido acrescentado ao art. 1º pelo Decreto nº 11.357, de 04/12/08, DOE de 05/12/08, efeitos de 05/12/08 a 30/04/10:*

*"§ 8º O contribuinte beneficiário do crédito presumido previsto no inciso II do caput deste artigo, em substituição ao benefício concedido mediante resolução expedida até 31/12/2008, poderá optar pelo enquadramento previsto no § 6º, observando-se o seguinte:"*

*I - o contribuinte deverá:*

- a) apresentar projeto de investimento superior a 35% (trinta e cinco por cento) da capacidade de produção em relação ao exercício anterior;*
- b) formalizar a opção de apropriação de crédito fiscal, em substituição ao incentivo do programa de que trata a Lei nº 7.024, de 23 de janeiro de 1997, nos termos do Decreto nº 10.972, de 18 de março de 2008;*
- c) firmar termo de acordo e compromisso com o Secretário da Fazenda e o Secretário da Indústria, Comércio e Mineração.*

*II - os créditos fiscais acumulados em decorrência de exportações poderão ser utilizados ou transferidos nos termos estabelecidos no termo de acordo de que trata a alínea "c" do inciso I deste parágrafo.*

*III - Resolução do Conselho Deliberativo do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA fixará a classe de enquadramento.*

*§ 9º Os prazos para fruição do tratamento tributário previsto nesta seção poderão ser prorrogados a critério do Conselho Deliberativo do PROBAHIA.*

*Nota 1: O § 9º foi acrescentado ao art. 1º pelo Decreto nº 11.470, de 18/03/09, DOE de 19/03/09, efeitos a partir de 19/03/09".*

Corroborando nossa tese, na data de 04/05/2011, foi publicada no Diário Oficial do Estado a Resolução nº 06/2011, pelo Conselho Deliberativo do Programa PROBAHIA, que esclarece o período de fruição do benefício do crédito presumido do ICMS concedido ao sujeito passivo, determinando expressamente que o citado benefício não sofreu solução de continuidade desde o início dos efeitos definidos pela Resolução nº 132/99, ratificada e retificada pela Resolução nº 21/2002, *in verbis*:

*"RESOLUÇÃO Nº 06/2011*

*(Publicada no Diário Oficial de 04/05/2011)*

*Esclarece o período de fruição do benefício do Crédito Presumido do ICMS concedido à CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS.*

*O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SICM 1100100016549,*

*RESOLVE:*

*Art. 1º Esclarecer que a fruição do benefício concedido à CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS, CNPJ nº 13.786.785/0001-11 e IE nº 000.002.260NO, instalada no município de Camaçari, nos termos definidos pela Resolução nº 23/2010, não sofreu solução de continuidade desde o início dos efeitos definidos pela Resolução nº 132/1999, ratificada e retificada pela Resolução nº 21/2002, ficando o percentual de crédito presumido concedido, considerando o estabelecido pela Resolução nº 43/2010, distribuído da seguinte forma:*

- I - 75% (setenta e cinco por cento), do início da produção até 21 de janeiro de 2003;*
- II - 85% (oitenta e cinco por cento), de 22 de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2009 e*
- III - 95% (noventa e cinco por cento), de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2020.*

*Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Sala de Sessões, 26 de abril de 2011.*

*JAMES SILVA SANTOS CORREIA*

*Presidente".*

Ante o exposto, entendemos deva ser modificada a Decisão recorrida quanto ao item 3 da autuação, para decretar a sua Improcedência, com os fundamentos acima expostos, o que nos leva a votar pelo PROVIMENTO do Recurso Voluntário.

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **276468.0101/10-3**, lavrado contra **CERAMUS BAHIA S/A. - PRODUTOS CERÂMICOS**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$982.868,38**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, incisos II, “f” e VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de julho de 2011.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

SANDRA URÂNIA SILVA ANDRADE – RELATORA

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS